

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CAMPUS SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO**

**DENISE ARAUJO PAES**

**O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO: BREVE ANÁLISE SOBRE A  
ATUAÇÃO DO INSTITUTO VOTORANTIM NA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

**SOROCABA  
2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CAMPUS SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO**

**DENISE ARAUJO PAES**

**O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO: BREVE ANÁLISE SOBRE A  
ATUAÇÃO DO INSTITUTO VOTORANTIM NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.**

Monografia apresentada ao Curso de  
Graduação em Pedagogia para obtenção  
do título de licenciatura em Pedagogia  
plena, sob a orientação da Profa. Dra  
Luciana Cristina Salvatti Coutinho

**SOROCABA  
2021**

Paes, Denise Araujo

O empresariamento da Educação: breve análise sobre a atuação do Instituto Votorantim na educação pública / Denise Araujo Paes -- 2021. 39f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Luciana Cristina Salvatti Coutinho Banca

Examinadora: Rosana Batista Monteiro, Examinador, Antonio Fernando Gouvêa da Silva, Examinador

Bibliografia

1. Empresariamento da educação. 2. Público e privado.
3. Instituto Votorantim. I. Paes, Denise Araujo. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano - CRB/8 6979

**DENISE ARAUJO PAES**

**O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A  
ATUAÇÃO DO INSTITUTO VOTORANTIM NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia, para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia plena pela Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba.

---

Profa. Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho  
Orientadora

---

Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro  
Examinadora

---

Prof. Dr. Antonio Fernando Gouvêa da Silva  
Examinador

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho aos meus pais, Helena Trajano de Araujo e Miguel Paes  
(em memória), e aos meus irmãos, Douglas, Diego e Luiz Miguel*

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos que contribuíram para que eu finalizasse esse trabalho, meus amigos, familiares e colegas de trabalho.

Fabiana e Paloma, obrigada por cada incentivo e amor ofertado. Letícia, Jaqueline, Flavio, Fer, Jéssica, Paulinha e Luiz Miguel, obrigada pela ajuda universitária, sem a ajuda de vocês esse trabalho não andaria.

Agradeço a minha orientadora, Luciana Coutinho, por toda paciência e profissionalismo. Em especial, agradeço a um professor, que tive o privilégio de conhecer no ensino médio, na Educação de Jovens e Adultos. Adolfo, obrigada por entrar naquela sala de aula, da E.E. Afonso Vergueiro, com sua caixa de som, microfone, brincos na orelha, cabelos cacheados, cheio de vida e insatisfação com a realidade educacional. Obrigada por mostrar àquele pequeno grupo de jovens e adultos que existe mais na vida do que finalizar o ensino médio e ser apto ao trabalho.

Que há direitos conquistados e sonhos a serem vividos.

Sem aquela noite, eu não estaria finalizando um trabalho de conclusão de curso numa Universidade Federal.

Obrigada!

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma breve análise introdutória da atuação do Instituto Votorantim na Educação no contexto das reformas educacionais desenvolvidas no Brasil a partir da década de 1990. Observa-se a presença cada vez mais frequente de fundações e institutos empresariais no oferecimento de projetos educacionais voltados à Educação Pública. Tendo por objetivo principal analisar a atuação do Instituto Votorantim nas escolas públicas, realizou-se uma análise dos documentos publicizados no próprio site do Instituto em conjunto com levantamento de dados bibliográficos realizados através de teses, dissertações e artigos. As análises se fundamentaram, principalmente, nos seguintes autores: Melo (2003), Neves (2005), Luz (2009), Peroni (2013) e Freitas (2014). Observa-se o impulsionamento empresarial na Educação Pública por meio de alianças feitas entre o público e o privado. No levantamento geral sobre o papel da educação no Brasil, o público e o privado e a crescente atuação empresarial na escola pública evidenciam a importância da escola pública brasileira, para ir contra ou a favor dessa atual hegemonia dominante. Como resultados do estudo, destaca-se que o Instituto Votorantim realiza um total de nove ações, em quatro países da América Latina: Peru, Colômbia, Argentina e Brasil. Dentro de cada país, atua em diversos estados e municípios.

Palavras-chave: Empresariamento da educação. Público e privado. Instituto Votorantim.

## RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

### ABSTRACT

The present work aims to make a brief introductory analysis about the work of Votorantim Institute in Education in the context of educational reforms developed in Brazil since 1990s. There is an increasingly frequent presence of foundations and business institutes offering education projects aimed at public education. The main goal was to analyze the performance of Votorantim Institute in public schools by analyzing the documents published on institute's website and also by analyzing theses, dissertations and articles. The analyzes were mainly based on the following authors: Melo (2003), Neves (2005), Luz (2009), Peroni (2013) e Freitas (2014). It was observed the impact that business can make at public educations through alliances made between public and private. In the general survey on the role of education in Brazil, the public and private sectors and the growing business performance in the public school, it can understand about the importance of Brazilian public school, to go against or in favor of this current dominant hegemony.

**Key words:** Entrepreneurship of education. Public and private. Votorantim Institute.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGAS**

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

VIA - Votorantim pela Infância e Adolescência

FUMCAD - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

AGP - Apoio a Gestão Pública

FMI - Fundo Monetário Internacional

BM – Banco Mundial

RDM - Relatório sobre Desenvolvimento Mundial

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO: AS FUNDAÇÕES EMPRESARIAIS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA</b> .....	13
2.1 Relação entre público e privado.....	17
<b>3 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL</b> .....	20
<b>4 O GRUPO VOTORANTIM</b> .....	24
4.1 Instituto Votorantim.....	25
4.2 Parceria pela Valorização da Educação (PVE).....	28
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	34
<b>6 REFERÊNCIAS</b> .....	37

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise introdutória da atuação do Instituto Votorantim<sup>1</sup> na Educação, no contexto das reformas educacionais desenvolvidas a partir da década de 1990 no Brasil, em um processo de manutenção do neoliberalismo<sup>2</sup>, marcado pela presença cada vez mais frequente das fundações e institutos empresariais no oferecimento de projetos educacionais, especialmente voltados para a educação pública.

Percebe-se que essa hegemonização do projeto neoliberal vem sendo articulada desde os anos 1990 até os dias atuais, sendo conduzida pela Educação Pública e o próprio Estado, penetrando as diferentes redes públicas de ensino em todo o território nacional por meio de projetos elaborados no âmbito de organizações não governamentais.

Importante citar aqui o meu percurso pessoal até chegar a esse tema: o empresariamento na Educação Pública. Cresci em uma cidade do interior de São Paulo, chamada Salto de Pirapora, e estudei durante a minha vida toda em escolas públicas desse município, e é nesse sistema educacional público que obtenho minha formação básica, um sistema que traz consigo muitas falhas, avaliações e a padronização de uma educação que pode ir além do que essa estrutura neoliberal estabelece.

Tive uma experiência de estágio na qual pude conhecer e vivenciar o projeto PVE (Parceria pela Valorização da Educação) do Instituto Votorantim, o qual me instigou a buscar saber: Qual o intuito da atuação do Instituto Votorantim nessa escola? Qual o significado da atuação do Instituto Votorantim na Educação Pública?

A partir de situações e inquietudes dessa minha experiência de estágio, iniciei os estudos sobre o empresariamento da educação pública, que, segundo Freitas (2014), surge no início do neoliberalismo aqui no Brasil, onde as empresas passam a liderar a gestão educacional “com a introdução de tecnologias, acrescidas das teorias de responsabilização e avaliação externa” (FREITAS, 2014, p. 1087).

Controlar as avaliações educacionais e seus métodos de aplicação geram uma disputa de poderes pelas empresas, pois, segundo Freitas (2014), é através da avaliação

---

<sup>1</sup>Site do Instituto Votorantim: <http://www.institutovotorantim.org.br/>

<sup>2</sup> Melo (2003, p. 23) caracteriza o neoliberalismo como “a ligação necessária entre capitalismo e liberdade de escolher; a consideração tanto do sistema político como do sistema econômico como mercados onde se realizam os valores e interesses dos indivíduos; a minimização do estado; e uma justificativa ética a favor do individualismo e contra qualquer espécie de ação político-econômica voltada para o coletivo [...]”

que se coloca o objetivo de ensino na educação básica. E, quem tem esse poder “mantém o controle sobre toda estrutura educacional” (ARROYO, 2009 *apud* FREITAS, 2014).

Diante destes questionamentos, este trabalho é uma pesquisa de caráter exploratório, e qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, ou seja, é uma pesquisa que propicia uma visão geral do assunto que trago, juntamente com a análise de documentos, artigos e teses dos assuntos abordados neste trabalho de conclusão de curso. Tomam-se como fontes de análise histórica e teórica um conjunto de referências bibliográficas acerca da reforma do Estado, do processo de privatização e empresariamento da educação.

Tendo em vista que essa pesquisa foi realizada, em parte, no período da Pandemia causada pelo Covid-19 que exigiu, entre outras medidas, o distanciamento social, a busca presencial a outras fontes ficou prejudicada. A análise documental teve como fonte, principalmente, os documentos elaborados e publicizados pelo próprio Instituto Votorantim, por meio de seu site.

Os resultados alcançados pelo estudo proposto serão apresentados em 3 capítulos, precedidos por uma Introdução e sucedidos por considerações finais.

No primeiro capítulo, intitulado “Reconfiguração do Estado: as fundações empresariais na Educação Pública”, busco compreender os conceitos de mundialização da Educação, bem como seus processos pedagógicos de hegemonização. No segundo capítulo, denominado “O papel da educação no Brasil”, busco entender a concepção de Estado, analisando a relação entre público e privado, e a crescente atuação do empresariado na Educação Pública por meio de suas fundações, especificamente a fundação Instituto Votorantim.

Por fim, o terceiro capítulo discorre sobre o Grupo Votorantim, sua história, inserção pela América Latina e os meios sutis que utiliza para administrar a gestão educacional por meio de seus projetos realizados em escolas públicas.

Nas considerações finais, realizou-se um levantamento geral sobre o papel da Educação, as implicações da mundialização da Educação juntamente com a relação do público e privado e essa crescente atuação do empresariado na Educação.

## 2. Reconfiguração do Estado: as fundações empresariais na Educação Pública

Para falarmos do meio empresarial na Educação Pública nos ancoramos na concepção de Estado gramsciano, por entender que nos permite analisar o papel crescente da atuação de organizações empresariais nas políticas educacionais, fenômeno crescente, sobretudo, a partir da década de 1990, no Brasil.

Gramsci entende que o Estado, numa sociedade mais organizada politicamente, tem uma natureza mais ampliada, ou seja, é composto pelo Estado no sentido estrito, ou seja, a própria máquina estatal, numa articulação simbiótica com a sociedade civil, entendida esta como o conjunto de aparelhos privados de hegemonia. (COUTINHO, 1992). Cada um desses elementos constitutivos do Estado (Estado em sentido estrito e sociedade civil) possuem funções diferentes, mas complementares. O Estado propriamente dito teria o papel de dominação, contando, para isso, basicamente com a estrutura burocrática e a força policial-militar. A sociedade civil, por outro lado, teria a função de garantir a hegemonia das ideias das classes dominantes, criando e fazendo uso, para isso, de instituições, como partidos políticos, sindicatos, escolas, dentre outras.

Partindo da premissa de que a hegemonia é um dos eixos mais importantes para estar no poder, permitindo o domínio das ideias e interesses da classe dominante sobre o conjunto da sociedade, é certo que a disputa pelo controle dos instrumentos de hegemonia ficará mais visível de acordo com o avanço da politização da sociedade como um todo. Essa politização ao mesmo tempo que é benéfica para a classe trabalhadora, por trazer autonomia política, logo, podendo tornar-se uma ferramenta de emancipação, também é benéfica para a classe dominante, por ela controlar os meios de produção.

Aprofundando a discussão teórica, Violin (2006) sintetiza os conceitos de sociedade política e sociedade civil:

Sociedade política (Estado em sentido estrito, Estado-coerção): formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, controlados pelas burocracias. Por meio da sociedade política, as classes exercem sempre uma ditadura, uma dominação mediante coerção; e b) sociedade civil (Estado ético): organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação etc. No âmbito e por meio da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia (buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso). (VIOLIN, 2006, p. 5)

É evidente que a burguesia, classe dominante, buscou e continua buscando meios para consolidar e ampliar seu domínio, pois, segundo Melo (2003, p. 45), “[...] a acumulação e a concorrência é um dos valores absolutos da classe dominante capitalista, que se modifica e consolida desde o fim da guerra fria”.

Essa concorrência foi e continua sendo utilizada pelos países desenvolvidos, havendo um crescente investimento na tecnologia e ciência no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, constituindo um novo processo de internacionalização do capital que Chesnais (1996 *apud* Melo, 2003) chama de mundialização do capital. Tudo o que é voltado à tecnologia e sua pesquisa torna-se cada vez mais importante para o crescimento do capital, ou seja, na continuação do crescimento nos países desenvolvidos, na acumulação e concorrência, gerando a dependência por parte dos países subdesenvolvidos aos países dominantes, que passam, com característica próprias, operar com base nas premissas amplamente difundidas pelos países centrais do capitalismo, num circuito de reprodução do modo de produção capitalista.

Melo (2003) analisa o fato dessa reprodução em massa do capital e seu fortalecimento cada vez maior ter como contrapartida o enfraquecimento da esfera pública nos países não desenvolvidos no que se refere às políticas sociais, tais como saúde e educação.

É nos anos 1990 que o movimento histórico entendido aqui como mundialização do capital passou a ter uma mobilidade maior para a sua disseminação e fortalecimento, através de reformas estruturais político-econômicas dos países latino-americanos juntamente com a busca pela hegemonia de um projeto social pelo olhar dos grupos dominantes, no caso, os grupos internacionais.

Segundo Melo (2003, p. 114), “[...] o movimento de ‘aceitação e implementação’ dessas reformas estruturais reflete a correlação de forças essenciais nas realizações históricas de cada país, exigindo a consolidação de um consenso mais amplo para suas metas principais”. Para atingir as metas de desenvolvimento pela ótica do capital, instituições multilaterais cumprem um papel estratégico, tais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e BM (Banco Mundial)<sup>3</sup>, para realizar as reformas estruturais necessárias, de maneira coercitiva envolvendo os países subdesenvolvidos devedores, incluindo o Brasil.

---

<sup>3</sup> Instituições multilaterais são organismos criados nas principais nações do mundo, trabalhando em conjunto para atingir determinado objetivo social, econômico e político.

Melo (2003, p.117) investiga as reformas educacionais pelo viés dos objetivos neoliberais, afirmando que “[...] as metas postas por esses objetivos são a de redução da pobreza e novas formas de funcionamento do Estado através dos movimentos de liberalização, privatização e desregulamentação<sup>4</sup>”

A Educação passa a ser vista como um dos principais meios para o desenvolvimento da sociedade nos ideais do FMI e do BM, pois ela qualificaria a camada mais pobre da população e, assim, viria a ascensão de cada indivíduo a partir de sua qualificação pessoal, levando o país em que habita a um melhor índice de desenvolvimento.

Segundo Melo (2003, p. 119):

Essa integração global (reformas educacionais) parte de um projeto neoliberal e se dá de forma excludente e em muitos casos provoca o desmonte dos sistemas educativos públicos já existentes; estimula a privatização competitiva em diversos níveis; restringe e secciona os vários níveis de ensino, bem como o acesso ao conhecimento, a criação e produção científica e tecnológica e a formação profissional, impedindo que a Educação seja realizada para todos, em todos os níveis, se tornando uma Educação cada vez mais seletiva.

Portanto, essas reformas educacionais direcionadas à exclusão (ou diminuição) da pobreza nos países em desenvolvimento com o intuito de contribuir para o desenvolvimento desses países não passa de uma manobra para continuar operando de uma forma hegemônica na sociedade.

Sabendo, segundo Neves (2005, p. 21), que:

Nas sociedades capitalistas, o poder emana das relações sociais de produção na sociedade civil (estrutura) e é exercido pelo Estado, ou sociedade política (superestrutura política), forma ético-política de garantia da dominação de classe expropriadora sobre a classe expropriada ou trabalhadora.

Sendo, portanto, um conjunto de relações que se desenvolvem por conta dos meios de produção capitalista, descrita nos conceitos de Gramsci (1999 *apud* Neves, 2005), pela sociedade burguesa, que tem por objetivo a continuação de seus projetos neoliberais por meio da exploração dos países mais pobres.

Com a crise advinda do pós-guerra, para continuar com o projeto neoliberal com o intuito de manter o ‘desenvolvimento mundial’, o BM elaborou um relatório com alinhamentos por meio dos quais os Estados subdesenvolvidos são influenciados de maneira coercitiva a seguir, em conjunto com a sociedade, para uma melhoria global. O

---

<sup>4</sup> Movimentos pautados no neoliberalismo.

Relatório sobre Desenvolvimento Mundial (RDM) parte da concepção de Estado sendo apenas uma burocracia estatal, sem eficiência para o desenvolvimento econômico da sociedade.

O interesse desse RDM foi o de direcionar, por meio de reformas e estratégias, o Estado para uma melhoria econômica e social, sem, é claro, intervir no mercado econômico buscando “compensar aqueles que saem perdendo”<sup>5</sup>.

Esse relatório redefine o papel do Estado, que, segundo Peroni, Oliveira e Fernandes (2009), acontece principalmente com diminuição do seu papel na prestação de serviços de natureza pública, mas que passam a ser entendidos como não exclusivos do Estado, em geral, as políticas sociais, promovendo um novo intercâmbio entre as relações entre o público e o privado.

Para Gramsci (2000 *apud* Neves, 2005), o “Estado moderno tem por objetivo subordinar os blocos sociais à hegemonia ativa do grupo dominante” tonando-se, então, um Estado educador.

Esse Estado educador constrói de forma articulada formas para que os blocos sociais caminhem conforme a correnteza da hegemonia burguesa, de acordo com o ideal de cultura, civilização e moralidade, ou seja, o Estado educador busca maneiras cada vez mais diversas formas de instalar o conformismo na sociedade.

Para que os objetivos sejam alcançados, o Estado capitalista estrutura o que Neves denomina de pedagogia da hegemonia. Isso porque:

Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que o compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. (GRAMSCI, 2000 *apud* NEVES, 2005, p. 27)

Trazendo com essa estrutura hegemônica em civilizações nacionais e continentais claras dissidências por conta de a sociedade ser dividida em classes, logo, uma reação contra hegemônica por parte das classes dominadas é construída por partidos considerados revolucionários.

Lúcia Neves (2011), ainda, em uma entrevista sobre a pedagogia da hegemonia no Brasil, entende que “a sociedade civil é uma dimensão do ser social, que contribui decididamente para consolidar a hegemonia dos grupos dominantes”. Assim, o Estado

---

<sup>5</sup> Prefácio de James D. Wolfensohn, presidente do Banco Mundial (MELO, 2005)



passa a assumir diretamente, de modo mais sistemático, as iniciativas de busca de consentimento pela sociedade.

Neves (2005) coloca que, nas sociedades ocidentais, os aparelhos de hegemonia são considerados positivos educacionalmente, e que, para Gramsci, a escola é um dos aparelhos de hegemonia mais importantes.

Outros exemplos de aparelhos hegemônicos políticos e culturais citados pela autora são: igrejas, meios de comunicação em massa, associações recreativas e sindicais e associações de interesses corporativos diversos, todos vinculados a classe dominante.

A escola, como um espaço social formador, torna-se o eixo principal da hegemonia burguesa, tornando-se um importante instrumento de difusão de suas ideias, não somente isso, mas torna a construção de uma contra hegemonia por parte dos indivíduos revolucionários menos ativa, pois as condições para formulação de ideias e ações em outra direção vai, gradativamente, diminuindo, enquanto os mecanismos de controle e regulação do trabalho pedagógico vão aumentando, com o intuito de permanecer no poder.

## **2.1 Relação entre o público e privado**

Nos anos 1990, as reformas educacionais tiveram o incentivo do Banco Mundial para que essa hegemonia prevalecesse. Com o objetivo de “melhorar” a Educação Básica, o BM, juntamente com a UNESCO, investe na Educação retomando e disseminando o conceito de capital humano, entendido aqui pelo conceito de Schultz (1973), de que para o indivíduo ter uma melhoria de vida seria necessário investir na formação educacional e profissional de cada um, o que levaria a ascensão do indivíduo e da sociedade em que vive.

No processo de reformas políticas e educacionais, o BM atribui novas funções ao Estado, com o intuito de dar credibilidade e investimento por parte das empresas ao setor público, estimulando o empresariamento nesse setor. (MELO, 2003).

Importante citar aqui que essas reformas advêm de uma crise econômica e social, que, segundo Mészáros (2011), não se restringem a questão financeira ou comercial, não advêm apenas de um país, é gradual e afeta o global.

Peroni (2013 p. 236) diz ‘que o capital é estruturalmente sujeito a crises’ e:

O Estado como parte da estrutura sociometabólica do capital foi chamado historicamente a tentar controlar ou regular as contradições do capital e a relação capital/trabalho. Atualmente, apesar do anunciado Estado mínimo pelo

neoliberalismo, o Estado é chamado a “socorrer” o capital produtivo e financeiro nos momentos de maior crise. E, contraditoriamente, foi e é considerado o “culpado pela crise” pela teoria neoliberal e atualmente também pela terceira via.

O que leva os Estados a ficarem endividados juntamente com a exploração dos trabalhadores. Com a crise na estrutura do capital, o neoliberalismo, a globalização<sup>6</sup>, a reestruturação produtiva e a terceira via são as estratégias utilizadas para redefinirem o papel do Estado (PERONI, 2013).

Para o neoliberalismo, o próprio Estado é culpado pela crise, devido a seus investimentos em políticas sociais e suas regulamentações na economia, atrapalhando o livre andamento do mercado (PERONI, 2013).

A terceira via surge com o objetivo de acompanhar as novas demandas advindas da globalização, superando os conceitos sociais democráticos do velho estilo e o neoliberalismo, segundo Giddens (2001). Na terceira via o empreendedorismo civil é um eixo importante em que se apoia as reformas de governo e Estado, induzindo, gradativamente, a diminuição da responsabilidade estatal pelos direitos sociais básicos e responsabilizando o indivíduo pelo seu próprio sucesso ou fracasso. Como bem coloca Peroni (2013), a ideia da terceira via é a de uma suposta conciliação, em alguns momentos assumir a linha de direita, outros, a linha de esquerda, hora o mercado, hora a classe social trabalhadora.

É nesse contexto que os empresários se envolvem, pois, a ideia de empresas voltadas para o bem comum, cumpridoras de um papel social para além dos lucros, foi grandemente fortalecida pelos meios hegemônicos.

Para a terceira via, a principal estratégia de retirada do Estado da execução direta das políticas sociais é a parceria público/privada, tanto para a execução das políticas sociais como para o mercado, por meio de uma nova economia mista que propõe “uma nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público” (GIDDENS, 2001b, p. 109 *apud* PERONI, 2013, p. 242).

Essa parceria entre o público e o privado ocorre de maneira mais ampla com o terceiro setor, caracterizado de público não estatal, ou seja, as organizações não-

---

<sup>6</sup> “Políticas de ajustes econômicos e estruturais, conduzidas pelo FMI e BM, no sentido de uma maior internacionalização do capitalismo, no sentido da mundialização do capital [...] essa mundialização do capital é conduzida desde os anos 70 pelo FMI e BM para os países em desenvolvimento, processo histórico, contraditório e excludente” (MELO, 2003, p. 150)

governamentais, sobretudo as fundações empresariais. O conceito do terceiro setor é a de “um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público” (FERNANDES, 1994, p. 127 *apud* PERONI, 2013, p. 243).

O terceiro setor contribui para que o Estado não se responsabilize sob as políticas sociais, e ainda descredibiliza ações realizadas por partidos, movimentos sociais, sindicatos e o próprio Estado. (PERONI, 2006 *apud* PERONI, 2013).

Vemos que desde o governo Collor de Melo, em 1990, mesmo com o *impeachment*, até os dias atuais, os programas de minimização do Estado e das políticas sociais continuam, por meio de parcerias cada vez maiores do empresariado na Educação Pública.

É possível evidenciar, portanto, como o empresariado mostra-se mais forte e ativo do que o próprio Estado em relação às políticas educacionais, com isso, obtém um prestígio cada vez maior por realizar intervenções educacionais na Educação Pública. Esse processo tem sido chamado, por Freitas (2014), de empresariamento da educação. A seguir discutiremos sobre o que se tornou o papel da educação no Brasil após estas interferências do setor privado por meio de seus institutos e fundações.

### 3. O papel da educação no Brasil

O fato de passarem a ver a Educação como um meio pelo qual cada indivíduo levaria seu país ao crescimento econômico nos leva à teoria do capital humano, “expressão cunhada e desenvolvida por Theodore Schultz, economista e professor em Chicago na década de 1960” (CABRAL; SILVA; SILVA, 2016, p.36).

Segundo essa teoria, os indivíduos seriam mais capacitados em suas habilidades, sendo elas adquiridas com o tempo ou não, através do investimento educacional, advindo de instituições ou de si mesmos, visando favorecer o desenvolvimento do país em que habita. (Cabral, Silva e Silva, 2016).

Com base nessa ideia do valor econômico da educação, bastaria à escola garantir a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, como indicado na Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), marco histórico importante desse movimento na atualidade. Os investimentos nos sujeitos bastariam num reforço aos conhecimentos específicos de matemática, português ou ciências, pois, num mundo em constante mudança, seria preciso que ele aprendesse ao longo da vida, estando sempre em condições de mudar de função na medida da necessidade do mercado de trabalho. Nesta perspectiva, fica nítida a concepção de que através da classe trabalhadora é que se manteria a contínua produção ajustada às necessidades do mercado e, assim, na mesma proporção, os lucros permanecem e a Educação torna-se ferramenta essencial da manutenção/reprodução do capital.

O fato de que a teoria do capital humano entende que esse investimento contribui para o bem-estar do sujeito, bem como para o desenvolvimento do país, nos levanta o questionamento: quem nos colocou nesse papel em que, para se viver bem, é preciso ter determinada coisa ou determinado conhecimento?

A pobreza é vista pelos sujeitos em seus variados aspectos, desde sua pequena proporção à sua extrema condição e é percebida como dada e não como construída, o que faz toda diferença para manter o projeto neoliberal do capital. Para não se estar nessa linha de pobreza, é necessário que se invista nas próprias habilidades. Um ciclo que parece difícil de quebrar, uma vez que a classe que está no domínio das relações de poder essenciais a esta estrutura de sociedade não se interessa em deixar tal posição.

Para acompanhar essas mudanças no mundo do trabalho, seria necessário que a Educação se adaptasse à essas transformações, formando um “novo” trabalhador, como indicado anteriormente. Para isso, as reformas dos anos 1990, na análise de Melo (2003),

são capitaneadas pelo Banco Mundial por meio da ampliação de suas políticas de empréstimo para os países em desenvolvimento atrelando à ajustes tanto no Estado quanto em suas políticas educacionais. A ideia-chave para justificar essas mudanças no papel do Estado e nas políticas de corte social, como a Educação, é de que a crise global era causada pelo inchaço do Estado, pela sua administração burocrática, pouco eficiente e eficaz para responder os problemas sociais.

Segundo Hayek (1944 *apud* LUZ, 2009), o Estado interfere na sociedade do livre-mercado, destruindo as formas de individualismo e liberdade construídas pela civilização moderna. Os ideários do neoliberalismo disseminam e reforçam a visão negativa do Estado como apenas um assistente social, o desresponsabilizando pelas garantias aos direitos essenciais à dignidade humana e contribuindo para as reformas econômicas e educacionais.

Segundo Melo (2003), a proposta do BM, juntamente com o FMI, foi a de capacitar os Estados para um gerenciamento mais eficaz, incluindo principalmente a Educação Básica nessas reformas, uma vez que a visão para o meio educacional era o de “investir” no capital humano para o desenvolvimento econômico e social de seu país.

Em 1990, o BM participa para a elaboração de um documento voltado à Educação para uma conferência realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada para elaborarem ações voltadas à Educação de acordo com o desenvolvimento do mundo, como o próprio documento descreve. (BM, 1991a *apud* MELO, 2003).

A Educação Básica foi um dos pontos centrais dessa conferência, com a estratégia de construir uma responsabilidade pública sobre a Educação, responsabilidade construída sobre o sujeito trabalhador, a de se educar, investir em sua ascensão. Além disso, entre seus objetivos, estava o de garantir uma educação para todos e todas, independentemente de sua condição econômica, trazendo um discurso em que busca fortalecer a falsa ideia de “igualdade de oportunidades”.

Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos - os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e lingüísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação - não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais. (Declaração Mundial sobre Educação para Todos, 1990, págs. 3 e 4)

É nesse documento que se colocam propostas para a melhoria educacional nos países da América Latina e Caribe, influenciando outros países também. Segundo esse documento, a melhoria educacional se daria no melhoramento do ambiente de aprendizagem, na preparação dos professores e no reforço à capacidade institucional do sistema educativo. (MELO, 2003)

Para isso, seria necessário o investimento em livros e determinados conhecimentos no currículo; a capacitação dos professores teria que ser específica também, reduzidos a programas curtos de capacitação e mais recursos para a melhoria da administração e gerenciamento no sistema educativo. (MELO, 2003)

O plano de ação da “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” foi composto por dez artigos<sup>7</sup>, os quais são:

1. “Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem”
2. “Expandir o enfoque” – artigo voltado sobre as inovações educacionais, informática, expansão educacional.
3. “Universalizar o acesso à Educação e promover a equidade”
4. “Concentrar a atenção na aprendizagem” – Observando e registrando o nível de aprendizagem educacional, juntamente com o sistema de avaliação para esse acompanhamento.
5. “Ampliação dos meios e do raio de ação da educação básica” – continuação educacional por toda a vida.
6. “Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem” – envolvendo família e comunidade.
7. “Fortalecer alianças” – transferindo a responsabilização educacional a toda a comunidade e fazendo alianças com diversos setores sociais, inclusive empresas.
8. “Desenvolver uma política contextualizada de apoio”
9. “Mobilizar os recursos”
10. “Fortalecer a solidariedade internacional”

Atente-se na universalização da Educação, na definição de níveis de ensino e avaliação para saber os níveis de aprendizagem, e na construção e fortalecimento de alianças através de parcerias com instituições não estatais.

---

<sup>7</sup> Para maiores informações ver o documento “declaração mundial sobre Educação para todos (Conferência de Jomtien, 1990) e Melo (2003)

Observa-se as estratégias utilizadas para direcionar a Educação de acordo com os objetivos neoliberais, devido as alianças feitas com instituições privadas para um melhoramento educacional, fortalecendo a ideia de um Estado que precisa ser capacitado.

Importante frisar a elaboração de um cronograma para atingir as metas propostas, em que análises seriam realizadas por meio da prática, visando alterar algo que não fosse eficaz e implementando novamente com adaptações e assim se daria sucessivamente, segundo o calendário.

O programa de Educação para Todos motivado pelo BM, em conjunto com a UNESCO, em que foram implementadas mudanças educacionais a partir dos anos 1990, é um programa seletivo e excludente segundo Melo (2003), pois restringe a Educação das camadas mais pobres a um determinado padrão.

É relevante lembrar aqui, ainda, que essas reformas educacionais estão fundadas na teoria do capital humano, como já mencionado, e é nesse contexto que o Instituto Votorantim foi criado e tem atuado por meio de parcerias para desenvolvimento de projetos por ele criados, os quais veremos a seguir.

#### 4. O Grupo Votorantim

A fábrica têxtil de Votorantim foi construída em meados do século XIX e inaugurada no início do século XX pelo Banco União de São Paulo, localizada até então em Sorocaba, pois o município de Votorantim foi desmembrado apenas em 1964 de Sorocaba.

Após vinte e cinco anos desde a inauguração da grande fábrica, com quase dois mil operários na produção, o primeiro semestre dos anos de 1917 foi marcado pela fase dos “tempos difíceis”, ocorrendo a greve geral em 17 de julho de 1917.

E é no final da greve geral que Antônio Pereira Inácio<sup>8</sup> e seu sócio Nicolau Scarpa<sup>9</sup> arrendam um acervo de bens do Banco União de São Paulo, dentre esses bens estava a fábrica têxtil de Votorantim.

Dez dias após o fim da Greve Geral, a fábrica retorna a seus afazeres, recontratando os funcionários que haviam sido demitidos e organizando alguns dos direitos dos funcionários, pelos quais eles haviam participado da greve.

Foi em uma de suas viagens a trabalho que Ermínio de Moraes<sup>10</sup> conhece o industrial Antônio Pereira Inácio, que lhe oferece trabalho em sua empresa para quando retornasse ao Brasil, aceitando sua proposta. Ermínio de Moraes inicia sua jornada como diretor-gerente na fábrica têxtil de Votorantim nos anos de 1925, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento da Votorantim.

E nesse mesmo ano, Ermínio de Moraes se casa com a filha de Antônio Pereira Inácio, Helena Pereira Ignácio. Assim por diante, a empresa passa a se expandir para outras cidades e estados brasileiros, sendo na década de 1930 que inauguraram a fábrica de cimento Santa Helena, o famoso cimento Votoran. Dos anos 1918 a 2000, a Votorantim tornou-se uma das maiores empresas brasileiras, diversificando seus investimentos, do algodão a usinas hidrelétricas. Do ano de 2000 em diante, a terceira geração da família Ermínio de Moraes passa a exercer o domínio dos negócios.

Em 2002, o Grupo Votorantim cria o Instituto Votorantim com o objetivo de organizar e realizar ações sociais. Fazendo seus 100 anos de empresa, no ano de 2018, o grupo escolhe comemorar o século “investindo” na causa da Educação. O que não é novo no meio educacional público, pois, com as reformas educacionais no Brasil desde os anos de 1980, intensificando-se a partir da década de 1990, passou-se a discutir a participação do meio empresarial na Educação pública (LUZ, 2011), como já destacado anteriormente.

---

<sup>8</sup> Empresário, engenheiro e político, 01/1900 – 03/1973.

<sup>9</sup> Empresário, filho de imigrantes italianos, 01/1878 – 09/1942.

<sup>10</sup> Empresário, engenheiro e industrial, 06/1928 – 08/2014.



Essa abertura para “novos” mecanismos de participação social na gestão pública deu espaço para que o setor empresarial participasse do meio social e principalmente educacional. Essa abertura do Estado para outros atores participarem, de alguma forma, da gestão governamental não se deu por livre e espontânea vontade, mas foi construído historicamente, e, segundo Boron (2003 apud Luz, 2011), juntamente com a disseminação de uma visão negativa do Estado e a exaltação do mercado, dando uma visibilidade de eficiência ao setor empresarial e não eficiência do Estado, como já explicado.

Sabendo que o setor empresarial poderia agora atuar nos governos por meio da gestão de políticas educacionais e sociais, as empresas utilizaram e criaram uma outra estrutura, uma estrutura paralela denominada de organizações empresariais sem fins lucrativos, o associativismo empresarial. Vejamos, a seguir, a forma de atuação de uma das células de uma grande empresa que atua na Educação Pública: o Instituto Votorantim.

#### **4.1 Instituto Votorantim**

Partindo da explicação de Bianchi (2004 apud Luz, 2011) de que o associativismo empresarial é uma estrutura paralela e sobreposta de organização, é importante diferenciar aqui que as organizações empresariais não visam lucro, de forma direta, ao contrário das empresas, mas atuam para que as empresas obtenham lucro através da sua imagem.

Criado em 2002, o Instituto Votorantim tem por objetivo organizar e executar projetos em cidades onde existam empresas do grupo. Através de uma análise social da região em que atua, o grupo elabora uma ação ou mais para o desenvolvimento social da região.

O Instituto Votorantim realiza um total de nove ações, em quatro países da América Latina: Peru, Colômbia, Argentina e Brasil. Dentro de cada país, atua em diversos estados e municípios. Os programas desenvolvidos, de acordo com informações veiculadas pelo próprio site do instituto<sup>11</sup>, são:

- Apoio a Gestão Pública (AGP)
- Parceria pela Valorização da Educação (PVE)
- Programa ReDes
- Encadeamento Produtivo

---

<sup>11</sup> Site do Instituto Votorantim > <http://www.institutovotorantim.org.br/><

- Soluções de Participação Comunitária
- Qualificação de Organizações
- Voluntariado Corporativo – Desafio voluntário
- Engajamento com partes interessadas – Engaja!
- Votorantim pela Infância e Adolescência (VIA)

Dessas nove ações, três são voltadas exclusivamente para a Educação pública: Voluntariado Corporativo – Desafio voluntário; Engajamento com partes interessadas – Engaja! e Parceria pela Valorização da Educação (PVE).

Do total de suas ações, apenas o **Encadeamento produtivo** não está voltado à gestão pública social ou educacional de estado ou município. As outras cinco ações estão ou tem alguma linha de atuação voltada à gestão social, educacional ou organizacional do município em que atua.

Podemos observar que essas formas de atuar do Instituto Votorantim mostram-se bem mais ativas, e, muitas vezes, ocupam o lugar que a gestão pública do município deveria estar atuando. Lembrando que essa atuação social do empresariado se tornou efetiva pelo fato do próprio poder público ter priorizado a comunicação com as organizações privadas na gestão das políticas educacionais entre os anos de 1980 e 1990, dando um impulso ao empresariado (BIANCHI 2004 *apud* LUZ, 2011, p.3). Descreveremos, brevemente, a seguir, a forma que cada projeto se desenvolve no município em que atua, seus objetivos e seu público-alvo.

Iniciando pelo projeto **Engajamento com partes interessadas – Engaja!** Que utiliza de uma metodologia criada pelo próprio Instituto, ofertadas nas empresas da Votorantim para o melhoramento das relações das comunidades onde a empresa atua, ou seja, mais uma forma que a empresa tem de atuar na gestão das políticas sociais e educacionais, pois o projeto tem como alvo central escolas públicas, organizações sem fins lucrativos e os funcionários, tornando-se agentes dessas ações. Segundo o próprio site da empresa, esse projeto atua há 9 anos, executaram 48 planos de trabalho, havendo 239 pessoas beneficiadas por esse projeto.

O **Voluntariado Corporativo – Desafio voluntário** é o nome dado a uma grande competição entre todas as empresas Votorantim, onde elas realizam grupos para elaborarem ações voltadas às organizações sociais e escolas públicas. Abaixo, os números de 2018 disponíveis no site da empresa.

QUADRO 1

<b>VOLUNTARIADO CORPORATIVO – DESAFIO VOLUNTÁRIO</b>	
<b>UNIDADES PARTICIPANTES</b>	78
<b>VOLUNTÁRIOS ATUANTES</b>	5263
<b>VOLUNTÁRIOS ATUANTES EMPREGADOS</b>	3010
<b>VOLUNTÁRIOS ATUANTES CONVIDADOS</b>	2253
<b>HORAS VOLUNTÁRIAS DOADAS</b>	12.609
<b>AÇÕES REALIZADAS</b>	9210
<b>ITENS DOADOS</b>	31.346
<b>PESSOAS DA COMUNIDADE PARTICIPANTES EM ATIVIDADES INTERATIVAS</b>	13.903

Fonte: site do Instituto Votorantim > <http://www.institutovotorantim.org.br/><

O projeto **Votorantim pela Infância e Adolescência (VIA)** visa beneficiar programas voltados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. É um programa que atua de forma financeira, contribuindo para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD) da Prefeitura de São Paulo, que também está interligado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Os números de 2018, em sua 2ª edição, são de 651 mil reais arrecadados, 13 projetos e 231 pessoas envolvidas e beneficiadas segundo o site da empresa.

O projeto de qualificação de organizações tem por objetivo capacitar organizações sociais e realizar o acompanhamento dessas organizações com o objetivo voltado a expansão. Entre os anos de 2016 e 2017, essa ação foi desenvolvida em 10 municípios e teve 183 pessoas “beneficiadas”.

Outro projeto que tem o olhar totalmente voltado à esfera pública é o **Apoio a Gestão Pública (AGP)**, que tem por objetivo capacitar a gestão pública municipal em que a empresa Votorantim atua. Os números de 2012-2018 mostram 99 projetos apoiados pelas empresas, realizados em 34 municípios, 19 mil em recursos investidos, 57,2 mil em recursos alavancados em ações de equilíbrio financeiro e captação de recursos financeiros, 6 projetos executivos, 8 planos plurianuais e 7 projetos executados eficientemente segundo o site da empresa.

Há também o **Encadeamento Produtivo** que, como já citado acima, não está diretamente voltado à gestão pública social ou educacional de estado ou município, sendo um programa mais voltado para as empresas do grupo Votorantim, tendo por objetivo impulsionar a competitividade e produtividade da rede de fornecedores das empresas. Diferentemente do projeto **Soluções de Participação Comunitária**, que tem como público-alvo representantes de todos os setores da sociedade (poder público, empresas e sociedade civil organizada). O Instituto Votorantim capacita e estimula grupos voltados a atuarem na gestão pública do município em que atua, sendo que entre os anos 2016 e 2017 formaram-se 5 grupos com 160 pessoas envolvidas por essa ação.

Um dos programas com o qual o Instituto Votorantim mais atua hoje em dia é o programa **ReDes**, criado em 2010 com o objetivo de capacitar, através do apoio técnico e financeiro, associações de baixa renda focadas na produtividade sustentável. Os números do Instituto mostram que entre 2013 e 2018 foram desenvolvidos 64 projetos, em 34 municípios, investidos 65 milhões, 30 milhões de renda distribuída e 2000 famílias alcançadas, uma grande quantia como pode ver.

Outro programa em destaque do Instituto Votorantim é a **Parceria pela Valorização da Educação (PVE)**, o programa que me inquietou a realizar essa pesquisa, buscando compreender quais os objetivos de uma empresa atuar tão ativamente na Educação Pública na Região Metropolitana de Sorocaba, expandindo-se por vários estados brasileiros. Por isso, traremos mais detalhes sobre esse projeto.

#### **4.2 Parceria pela Valorização da Educação (PVE)**

Lima (2019, p. 10) descreve adequadamente em seu livro a base do terceiro setor e seu papel fundamental:

A sociedade civil passou a constituir uma nova forma de poder social, em que funções coercitivas do Estado, a exploração de classe e os imperativos do mercado são deslocados para a “esfera privada”, privatizando-se o “poder público”. Configurou-se não somente uma nova relação entre o “público” e o “privado”, mas um reino privado inteiramente novo, uma nova estrutura de poder e dominação, com sua opressão pública própria.

Uma estrutura de poder denominada de terceiro setor que não é vista como uma esfera coercitiva e reprodutora de desigualdades, mas como um meio pelo qual os setores sociais públicos irão se desenvolver de maneira eficaz, tendo em vista o plano hegemônico da terceira via, com abertura para que as empresas tenham responsabilidades

sociais de forma regulamentada nacional e internacionalmente (GIDDENS, 2007 *apud* PERONI, 2013, p. 239).

É nesse contexto em que a **Parceria Votorantim pela Educação (PVE)** se respaldou em 2008, com o intuito de resolver questões educacionais nos municípios em que a empresa atua. Questões essas voltadas a políticas educacionais com o objetivo de alcançar avanços das metas propostas pelo Instituto em conjunto com as secretarias educacionais dos municípios escolhidos pelo grupo Votorantim.

Em 2019, o nome Parceria Votorantim pela Educação passa a ser Parceria pela Valorização da Educação (PVE). Segundo o Instituto Votorantim, a mudança se deu pela essência do projeto, ou seja, o uso explícito da “abertura para uma governabilidade eficiente [...] junção entre a esfera pública e privada” (NEVES, 2005, p.51), dando a entender para a sociedade que o Estado não é apto a realizar ações concretas e favoráveis à Educação Pública, assim como se sustenta o terceiro setor, entendido por setor público não estatal, prestadores de serviços de interesse público, ideia romantizada, essência romantizada para que a sociedade corrobore com tal ideia colocada pelo terceiro setor.

É no contexto do terceiro setor, com a definição de um novo papel para o Estado, que advém novos modelos para a gestão escolar, mais especificamente o modelo gerencial (PERONI, OLIVEIRA, FERNANDES, 2009).

O modelo gerencial, como coloca Bresser Pereira (2007 *apud* PERONI, 2013, p. 767), torna-se a nova forma de administração pública, saindo de modelos mais burocráticos para práticas gerenciais competitivas e com objetivos em resultados acordados, ou seja, o modelo gerencial como prática de gestão escolar torna-se o padrão de mercado, com o intuito de gerar competições para se alcançar os objetivos estipulados por esse modelo.

O programa Parceria pela Valorização da Educação (PVE) é um dos programas que mais tem crescido no Brasil, com ações voltadas às políticas educacionais municipais e na mobilização social do município em que atua. Atuante em 17 estados e mais de 100 municípios o PVE tem por objetivo envolver a comunidade escolar, familiares e pessoas da própria empresa no desenvolvimento educacional de cada município, juntamente com a formação continuada de gestores educacionais e técnicos das secretarias de Educação.

Segundo Adrião e Peroni, (2009 *apud* BEZERRA, 2008, p. 108):

Essa parceria público-privada implica também na capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da

assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade.

Sendo assim, o que se observa na atuação do Instituto Votorantim é essa liberdade e responsabilidade operacional nas instituições públicas municipais em conjunto com as secretarias de Educação dos municípios em que atuam aqui no Brasil.

Levemos em consideração a fala do diretor do Instituto Votorantim, Cloves Carvalho, colocada no guia de planejamento do Instituto, atualizada no ano de 2016, na página 3, em que ele diz que “o Instituto Votorantim atua para gerar valor às empresas da Votorantim”, tornando nítida a proposta da terceira via, segundo Giddens (2007 *apud* PERONI, 2013, p.239), de um “capitalismo responsável”.

O que devemos lembrar é que não existe “capitalismo responsável”, mas sim, um capitalismo que, de acordo com Melo (2013, p. 150), é contraditório e excludente, sempre aumentando o buraco da desigualdade nas camadas subdesenvolvidas através da lógica do mercado.

A Parceria Valorização da Educação (PVE) atua na gestão educacional, escolar e na mobilização social, com o objetivo em desenvolver uma atuação “eficiente” por parte dos gestores da Educação Pública, o que acontece aqui, nesse contexto do PVE atuando na Educação Pública, é a própria materialização da lógica de gestão do setor privado (ADRIÃO; PERONI, 2009).

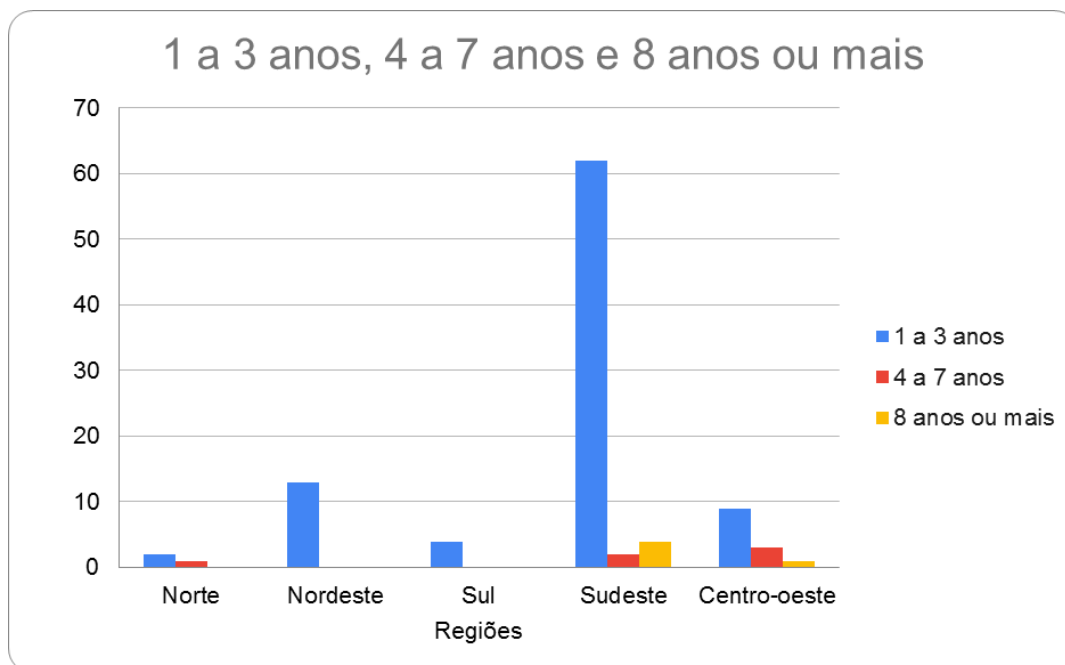
Essa materialização tem como princípio de gestão do setor privado, a gestão empresarial, uma administração gerencial. Junquillho (2002 *apud* ADRIÃO e PERONI, 2009, p. 110) coloca as ideias chaves desse modelo de gestão:

A importação de práticas gerenciais comuns ao setor privado da economia, incluindo nas agendas públicas temas como: eficiência, eficácia, produtividade, avaliação e controle de resultados, satisfação do consumidor, delegação e gestão participativa, prevenção e controle de gastos; A ênfase na importância do poder e na mudança de papel dos chamados administradores públicos para gerentes ou gestores públicos profissionalizados, no sentido de que passa a ser desejado um perfil voltado à noção de orientador/integrador e empreendedor, distinto do papel de supervisor ou administrador;

Mostrando a superficialidade dessa gestão, que é mascarada pela ideia de investimento pela melhoria educacional, através desse projeto na educação Pública realizado na escola, considerado por Gramsci como um dos aparelhos hegemônicos mais importantes da sociedade, por ser um espaço formador, e também, um importante instrumento de difusão de ideias. (NEVES, 2005)

Vejamos nos gráficos a seguir o tempo de ação da Parceria pela Valorização da Educação (PVE) nas regiões do Brasil de acordo com os municípios em que atua:

Gráfico 1

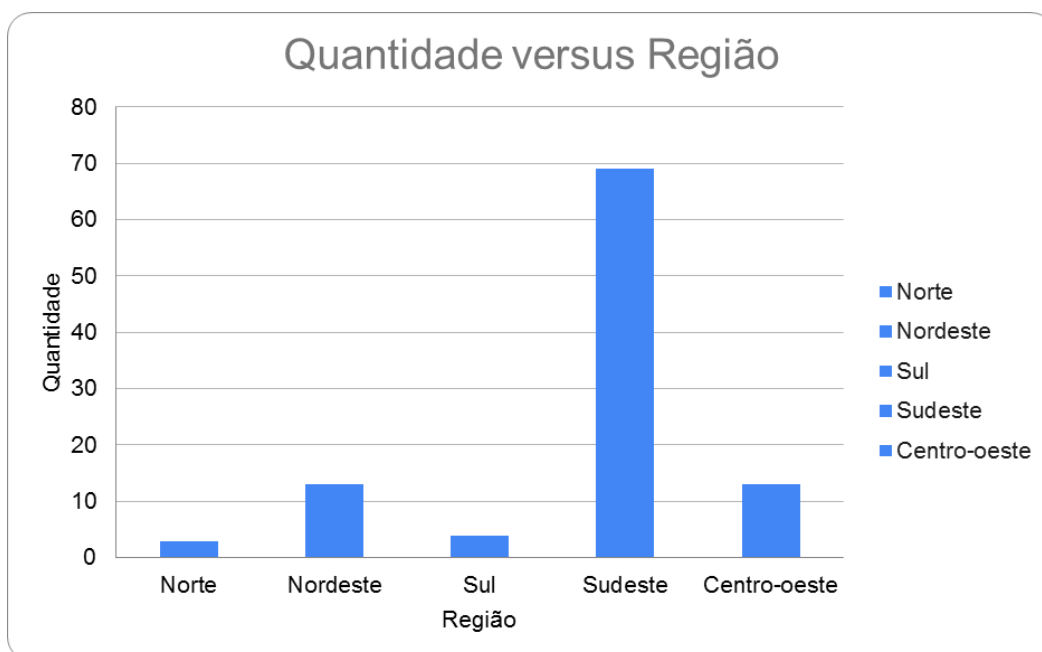


Fonte: Instituto Votorantim (As cidades colocadas no gráfico estão anexadas)

O tempo de ação do PVE varia de um a dez anos de atuação pelos municípios brasileiros. Como podemos analisar no gráfico, a maioria das ações estão no início do projeto, com um a dois anos de duração. Um ano é considerado um tempo de experiência para o projeto, no qual se observa se a atuação está caminhando conforme o proposto pelo Instituto Votorantim. De acordo com a avaliação desse ano de experiência o Instituto busca aprimorar sua ação observando o contexto em que atua e seus objetivos.

A seguir um gráfico das regiões em que o Programa Valorização da Educação atua:

Gráfico 2



Fonte: institutovotorantim.org.br

O objetivo desse gráfico é visualizar em quais regiões esse projeto tem atuado em maior escala. Sabendo que o sudeste é a região onde o PVE tem sua maior atuação, podemos considerar que o sudeste é a região mais aberta às propostas intervencionistas do grupo Votorantim, e, ainda, que é no sudeste que esse programa tem se difundido facilmente devido ao tempo de atuação do PVE em cada município.

A maioria dos municípios estão em experiência do programa, chamados de “projeto piloto” antes de realizarem em outras turmas e escolas, vemos isso através dos dados em anexo<sup>2</sup>, onde mostra que a maioria das ações se dá entre um a dois anos.

Como podemos ver no gráfico 1 são poucas as regiões em que o PVE atua de 8 anos ou mais, sendo apenas em cinco municípios o maior tempo de atuação, os quais são:

QUADRO 2

CIDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO
Conceição da Barra, ES	10 anos
Niquelândia, GO	10 anos
Rezende, RJ	9 anos
Três Marias, MG	9 anos
Vazante, MG	9 anos

Fonte: institutovotorantim.org.br



Buscando encontrar a atuação e os métodos utilizados pelo programa PVE em cada município, através do link de acesso disponibilizado no site, não foram encontradas maiores informações além das já informadas em todo o site da empresa, o que, pelo tempo de projeto realizado, informações bem vagas.

O que se pode saber é que o PVE atua em duas frentes sociais voltadas à Educação: Gestão e mobilização de comunidades. O objetivo do programa Parceria pela Valorização da Educação é a de desenvolver uma atuação “mais eficiente” nas gestões escolares e educacionais, já a mobilização de comunidades é o estímulo através de ações dos grupos da empresas Votorantim para que professores, funcionários da própria empresa e familiares da comunidade participem das formações do PVE.

Embora no ano de 2018 o PVE tenha atingido 104 municípios, no ano de 2019 houve pequenas alterações, como a diminuição do PVE em alguns municípios, o que não muda o grau de relevância dessa pesquisa que mostra-se necessária devido a abrangência desse programa. Vejamos a seguir, no quadro 3, a atuação do PVE no ano de 2019.

QUADRO 3

<b>Atuação do PVE em 2019</b>
Atuação em 101 municípios
Presença em 18 estados brasileiros
1.227 escolas atendidas
547.949 alunos atingidos
21.454 pessoas mobilizadas
9 empresas envolvidas

Fonte: site do Instituto Votorantim: <http://www.institutovotorantim.org.br/>

Embora o quantidade de 101 municípios em princípio pareça pouca, há de se pensar que todo projeto realizado por alguma empresa, voltada à educação, soma-se a outros projetos realizados por outras empresas, levando a um maior crescimento dos ideais empresariais na Educação Pública.

## 5. Considerações finais

A inserção empresarial na Educação Pública por meio dessas instituições sem fins lucrativos permitem que o empresariado influencie os paradigmas escolares da escola pública, influência essa que leva a gestão pública escolar a aderirem apostilas de instituições privadas e formação contínua dos professores por meio de cursos empresariais voltados à administração gerencial.

Segundo Luz (2009), as empresas difundem o “seu saber” por meio das organizações empresariais, elaborando ações, monitoramento e avaliações para a Educação Pública.

Freitas (2014), em seu artigo sobre os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola, elucida bem toda essa interferência empresarial no âmbito educacional, colocando que o empresariamento usa da demanda do “aprender” para interferir no trabalho e em quem trabalha, obviamente, nos professores.

E ainda, o que impulsiona os empresários é o poder no controle político e ideológico da escola. Se consideram a solução, taxando os profissionais da Educação insatisfatoriamente e os programas e projetos empresariais satisfatoriamente, utilizando de sua atuação no ensino público para “padronizar, avaliar e controlar o processo pedagógico escolar” (FREITAS, 2014, p. 1093).

No artigo “Educação também importa”, disponível no site do Instituto Votorantim, realizado pelo gerente geral do instituto Rafael Gioielli, mostra-se o total intuito de uma empresa administrar a gestão pública através de seus projetos:

Muitos estudos comprovam a relevância da escolaridade na vida financeira de uma nação. A boa educação tem impacto direto na empregabilidade e renda, influenciando positivamente no crescimento do PIB interno. Já no final da década passada, o Instituto Votorantim realizou algumas pesquisas em parceria com o Centro de Políticas Sociais da FGV para compreender qual seria o tamanho desta influência. Utilizando dados da PNAD, provamos que quanto mais anos de estudo uma pessoa tem, maior é a chance de estar empregada e maior é o rendimento salarial. (GIOIELLI, 2019)

Levando-nos à teoria do capital humano que, segundo Cabral, Silva e Silva (2016, p.35) “[...] favorece a consolidação da ideologia dominante para o desenvolvimento econômico e interfere na política de formação dos professores”.

Como se pode ver, o Instituto Votorantim, de modo geral, e o Programa Parceria pela Valorização da Educação, especificamente, utilizam de seus recursos e envolvimento

com as redes de ensino para formar a equipe gestora de cada escola em que atua, oferecendo a gestão e aos professores, determinados projetos para a “melhoria do ensino”, projetos já pensados pelo grupo do instituto e de gestão.

No artigo "Professor: protagonista e obstáculo da reforma", de Shiroma e Evangelista (2007, p.533), as autoras trazem que há “[...] lineamentos vindos das grandes agências multilaterais, articuladas aos interesses dos países capitalistas hegemônicos, tendo em vista produzirem em diversos países, professores instrumentalizados com objetivos em comum [...]”, ou seja, a padronização educacional fortalecida através da formação contínua de professores.

Shiroma e Evangelista (2007, p. 533) expõem o entendimento que a sociedade tem do professor, como causa e solução dos problemas educacionais, trazendo a reflexão de que “[...] a escola não é território destinado a resolver problemas de ordem social e econômico, por que a política em curso – nacional e internacional -insiste nessa falácia?”.

Levemos em consideração todo o caminho feito até aqui, entendendo um pouco mais sobre a reconfiguração do Estado, as fundações empresariais na Educação pública, a relação entre público e privado e o papel da Educação no Brasil.

Observa-se que a escola, como um dos maiores aparelhos de hegemonia, é a que mais sofre pela disputa de poderes, pois, segundo Shiroma e Evangelista (2007, p. 533, 536), “[...] uma das formas de se instituir o controle sobre o docente é a política de profissionalização com o intuito de obter eficiência em conjunto com a implementação do gerencialismo nas escolas”, ou seja, práticas competitivas e com objetivos de atender os resultados acordados (PEREIRA, 2007 *apud* PERONI, 2013, p.767).

Essa lógica da produtividade encontra respaldo nas cobranças de eficiência, empreendedorismo, criatividade, compromisso com a escola... o professor torna-se competitivo (SHIROMA e EVANGELISTA, 2007).

Lúcia Neves (2011), em uma entrevista sobre a pedagogia da hegemonia no Brasil, entende que a sociedade civil é uma dimensão do ser social, que contribui decididamente para consolidar a hegemonia dos grupos dominantes. Sendo assim, vemos que as organizações empresariais, por meio de suas fundações e institutos, utilizam dos professores para disseminar os ideais capitalistas, mantendo o conformismo na sociedade, pois, além de instalar na sociedade a desqualificação docente, os grupos empresariais juntamente com o Estado utilizam da competição para manterem o controle educacional nas escolas.

Relembrando um dos motivos de eu querer entender um pouco mais da relação entre o público e privado na Educação juntamente com os efeitos do PVE foi o fato de que um dos projetos pilotos realizados em sala de aula, na escola em que realizei meu estágio, foi simplesmente lançado como algo a mais para os professores fazerem em sala de aula, sendo direcionado por diretor e vice diretora através das reuniões que tiveram em conjunto com a secretaria de educação do município e coordenadores do Programa valorização da educação.

Uma das principais dúvidas ao iniciar o meu trabalho de conclusão de curso e talvez uma certa revolta, foi o de querer entender o motivo pelo qual uma empresa entra com projetos na escola pública, organiza toda a gestão, trazendo mais demandas escolares, juntamente com o ideal de que as empresas são mais eficientes que a escola pública. Por que a gestão aderiu a esses projetos e não realizavam os próprios, vindo dos professores e comunidade escolar?

A resposta vem de toda essa construção hegemônica neoliberal em cima do Estado e da Educação como ferramenta de manutenção capitalista, onde é posto que não há eficiência em nada que vem do público, mas, como esperança, a escola também é espaço de construção contra hegemônica do capital, e os professores são também difusores de ideais críticos que buscam em união ir contra essa “hegemonia couraçada de coerção” (Gramsci, 2000b, p. 244 *apud* Neves, 2005, p 25).

Diante da limitação de acesso às fontes e dados que pudessem propiciar um estudo mais aprofundado da atuação do Instituto Votorantim, devido ao contexto de Pandemia pela Covid-19 que exigiu o distanciamento social, as análises aqui realizadas e os resultados apresentados, portanto, têm limites, apesar de trazerem contribuições, ainda introdutórias, sobre o tema estudado.

Assim, destaco a necessidade de continuidade de estudos para, principalmente, buscar compreender os conteúdos e metodologias adotadas pelos programas do Instituto Votorantim, bem como a forma como estes interferem na dinâmica cotidiano do trabalho pedagógico nas escolas. Para isso, seria relevante ter acesso ao materiais e planos dos próprios programas e projetos, quanto fazer pesquisa de campo nas próprias com participação dos próprios sujeitos que atuam nas escolas em que há atuação do Instituto Votorantim.

Finalizo esse trabalho com mais dúvidas e necessidade de entender toda essa estrutura educacional-escolar juntamente com ideia de construir com mais professores respostas-ações por e para a Educação Pública no Brasil.

## 6. Referências

ADRIÃO, T.; PERONI, V. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, 2009.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: [https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao\\_mundial\\_sobre\\_educacao\\_para\\_todos\\_de\\_marco\\_d\\_e\\_1990.pdf](https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_d_e_1990.pdf)

CABRAL NETO, Antônio; MELO SILVA, Claudia Luciene; SILVA, Lamara Fabia Lucena. Teoria do capital humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de professores. **Revista Principia**. João Pessoa, n. 32, p. 35-41, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/1070/575>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, Dec. 2007. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022007000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022007000300010&lng=en&nrm=iso). access on 15 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000300010>.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085 – 1114, out-dez, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, Dec. 2014. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-)

73302014000401085&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014143817>.

LIMA, Marcos Roberto de. “**Terceiro Setor**”, **educação e hegemonia**: a ação estratégica do capital na imposição do consenso sobre as reformas neoliberais na educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

LUZ, Liliene Xavier. **Participação do empresariado na educação no Brasil e na Argentina**. 2009. 255 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251692>>. Acesso em: 13 ago. 2018

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação**: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela. 2003. 244 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253166>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, Xamã, 2005.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilméia Espíndola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, Oct. 2009. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300007&lng=en&nrm=iso)>. access on 15 Dec. 2020.

PINTO, J. M. de R.; ADRIÃO, T. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 23-46, jan. /jun. 2006.

VIOLIN, Tarso Cabral. A Sociedade Civil e o Estado Ampliado, Por Antonio Gramsci. **Revista Eletrônica do CEJUR**, [S.l.], dec. 2006. ISSN 1981-8386. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14846>>. Acesso em: 15 dec. 2020.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Sociedade civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 5-30, mar. 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100002&lng=en&nrm=iso)>. access on 15 Dec. 2020.